



TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO- CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

Tese (doutorado)
Dissertação (mestrado)
Monografia (especialização)
TCC (graduação) **(X)**
Produto técnico e educacional - Tipo:

Artigo científico
Capítulo de livro
Livro
Trabalho apresentado em evento

Nome completo do autor: 1 Joana da Silva Carvalho Neta

2 Gustavo de Oliveira

Andrade

Matrícula: 2018205221353140

Título do trabalho: O Papel Dos Responsaveis Legais na Educação Inclusiva

RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

NÃO

Documento confidencial: Não Sim, justifique:

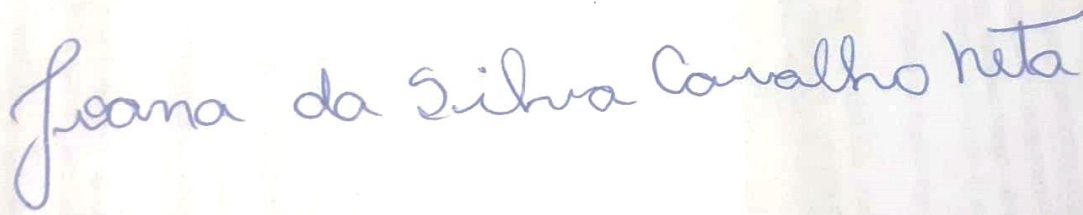
Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: / /2022.

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

¹ Graduando em Pedagogia pelo Instituto Federal _ Campos Iporá. E-mail:Joana.Silva@estudante.ifgoiano.edu.br

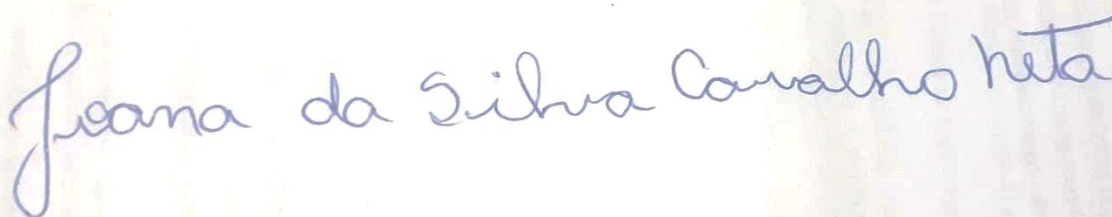


O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Local Aragarças- Goiás

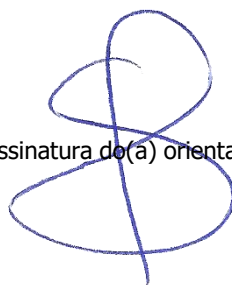
08/11/2022



Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo: SIM

Assinatura do(a) orientador(a)





ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Aos 26 dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, às 23 horas e 25 minutos, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes: **Gustavo de Oliveira Andrade** (orientador), **Vinícius Figueiredo Silva** (membro), **Rodrigo Silva Nascimento** (membro), para examinar o Trabalho de Curso intitulado “**O PAPEL DOS RESPONSÁVEIS LEGAIS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**” da estudante **Joana da Silva Carvalho Neta**, Matrícula nº **2018205221353140** do Curso de **Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância**. A palavra foi concedida a estudante para a apresentação oral do TCC, houve arguição da candidata pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela **APROVAÇÃO** da estudante. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Gustavo de Oliveira Andrade
Orientador/Presidente da Banca

Vinícius Figueiredo Silva
Membro

Rodrigo Silva Nascimento
Membro

Joana da Silva Carvalho Neta
Acadêmico

O PAPEL DOS RESPONSÁVEIS LEGAIS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Joana da Silva Carvalho Neta¹
Gustavo de Oliveira Andrade²

RESUMO

O papel do responsável legal está na forma de acompanhar seus filhos para ter uma educação de qualidade, no entanto, o papel deles é incentivar as crianças a estudarem, é acompanhar o desenvolvimento escolar, mostrar-lhes aos estudantes que o trabalho dos pais e da escola é muito importante para o crescimento acadêmico desses alunos, e esse papel não deve ser desenvolvido apenas nas escolas eles devem continuar também no âmbito familiar. A parte mais importante para o desenvolvimento da criança é o acompanhamento dos pais. Este trabalho tem por objetivo entender o papel dos responsáveis legais na Educação Inclusiva. A pesquisa utilizada será bibliográfica, pois a mesma uma importante metodologia no âmbito da educação, a partir de conhecimentos já estudados. Como abordagem foi utilizada a pesquisa qualitativa, os procedimentos utilizados para ter base na revisão teórica do artigo foram documentos legais, normas técnicas ou regulamentos, ou a verificação de recursos como livros, relatórios, revistas e sites. Contudo, é analisado a importância do papel dos pais na educação inclusiva pelo fato de serem alunos que precisam de cuidados e atenção. Com isso o que deixa as crianças mais empolgadas e facilita em seu desenvolvimento escolar é o trabalho em conjunto da escola com o âmbito familiar.

Palavras-chave: Âmbito familiar. Educação Inclusiva. Educação regular. Responsáveis Legais.

ABSTRACT

The role of the legal guardian is in the way of accompanying their children to have a quality education, however, their role is to encourage children to study, to monitor school development, to show them to students that the work of parents and School is very important for the academic growth of these students, and this role should not be developed only in schools, it must also continue in the family environment. The most important part for the child's development is the monitoring of the parents. This work aims to understand the role of legal guardians in Inclusive Education. The research used will be bibliographic because it is an important methodology in the field of education, based on knowledge already studied. As an approach, qualitative research was used, the procedures used to base the theoretical review of the article were legal documents, technical standards or regulations, or the verification of resources such as books, reports, magazines and websites. However, the importance of the role of parents in inclusive education is analyzed because they are students who need care and attention. With this, what makes children more excited and facilitates their school development is the work together between the school and the family.

Keywords: Family scope. Inclusive education. Regular education. Legal Responsible.

¹ Apresentar os dados de identificação da graduação do aluno e o e-mail. Ex.: Graduando do Curso de Administração da Católica de Vitória Centro Universitário. E-mail:

² Apresentar a graduação, a última titulação e a área de atuação do orientador, além de seu e-mail.

1. INTRODUÇÃO

O papel do responsável legal está na forma de acompanhar seus filhos para ter uma educação de qualidade, logo, a função deles é incentivar as crianças a estudarem, é acompanhar o desenvolvimento escolar, mostrar aos estudantes que o trabalho dos pais e da escola é muito importante para o crescimento acadêmico desses alunos. Nesse sentido este papel não é apenas nas escolas ele deve continuar no âmbito familiar também. Assim, a parte mais importante para o desenvolvimento da criança é o acompanhamento dos pais.

Dessa forma, é de suma importância o acompanhamento e apoio dos adultos responsáveis nesse processo baseado na educação inclusiva, pois observa-se que a criança com necessidades especiais precisa de acompanhamento e incentivo para não chegar em uma fase que se sinta desmotivada e desanimada a ponto de abandonar os estudos. Porém a associação entre o grupo familiar e o ambiente escolar é algo que ajuda bastante no crescimento do aluno.

Nesse contexto, questiona-se: qual é a importância da presença dos pais na educação inclusiva? Cabe aqui, pensarmos sobre a avaliação das formas trabalhadas e direcioná-las para incentivar e mostrar aos pais que é de suma importância seu acompanhamento escolar, com intuito de certificar se estão sendo eficientes e eficazes no que se propõem. Sendo assim, acredita-se que o referido artigo poderá conduzir de forma clara, o papel dos pais para concretização da educação inclusiva.

O artigo tem como objetivo geral compreender o papel dos responsáveis legais na educação inclusiva e como objetivos específicos, descrever o que é Educação Inclusiva, comentar as formas de preconceito e discriminação presentes no âmbito escolar, avaliar a importância da presença dos pais na educação inclusiva e especificar as legislações que defendem esse apoio de autores e doutrinas à educação inclusiva.

A dificuldade presente na educação inclusiva é conhecida por dois caminhos: um é o preconceito que sofrem pelo pré-julgamento que a sociedade faz, o outro é a forma com a qual os adultos responsáveis têm de proteger os filhos, muitas vezes o cuidado é tão grande que atrapalha o professor de se aproximar e conseguir passar uma educação melhor a essa criança.

A Constituição Federal Brasileira(1988) argumenta que o papel do responsável legal não é apenas no convívio familiar mas também na escola, a importância deles no colégio ajuda bastante no desenvolvimento escolar e na qualidade profissional dos alunos quando estiverem adultos. Neste sentido, o art. 1.634 do Código Civil, promulga que a escola tenha um papel importante, mas precisa do apoio dos adultos. Ou seja, não é necessário saber tudo o que os filhos estão estudando, mas ter a educação como um valor familiar, demonstrar interesse e acompanhar seus estudos podem contribuir para o estímulo de sua aprendizagem.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), atendendo aos apelos Constitucionais e sociais, aponta a importância e o dever dos pais no acompanhamento escolar dos seus filhos, seja ela regular ou inclusiva, o incentivo e a atenção são muito importantes para os alunos.

Destarte que este trabalho apresenta a importância do papel dos responsáveis legais na educação inclusiva, organizados em tópicos para melhor compreensão do assunto abordado. Desta forma, o trabalho está subdividido em Educação inclusiva; Diferença de preconceito e desigualdade social; A importância dos pais na educação inclusiva e as Legislações que defendem esse apoio a educação inclusiva.

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação Inclusiva é um ensino desenvolvido para trabalhar com crianças que tem necessidades especiais tendo como objetivo permitir o convívio e a integração social destes alunos, isso favorece uma relação amigável entre os estudantes com necessidades especiais e os estudantes do ensino regular. (DALL'ACQUA; VITALIANO, 2010).

A educação inclusiva diz respeito ao acolhimento a todas as pessoas que apresentam alguma condição considerada como uma “diferença” ao padrão estabelecido socialmente como desejável ou “normal”, que foram historicamente excluídas da escola. (dall'acqua; vitaliano,p.40, 2010).

Um instituto inclusivo é uma instituição geral, ou seja, uma escola normal, que procura trabalhar com a capacidade plena dos estudantes independente de sua polivalência.

Constrói situações que apoiam e respeitam os diferentes tempos e estilos de aprendizado dos estudantes (DALL'ACQUA; VITALIANO, 2010).

Nas escolas inclusivas, atividades como ter um segundo docente ou um estagiário na sala de aula são implementadas para apoiar tanto o estudante quanto o docente. Sendo assim, o acompanhamento do trabalho do docente é essencial para dar o suporte fundamental e o acompanhamento dos adultos é muito significativo para a evolução da criança.

Nesse sentido a relação de cooperação e confiança entre o professor e os adultos responsáveis exige uma ampla comunicação. (DALL'ACQUA; VITALIANO, 2010, p. 24).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação Inclusiva (2008) indica que a integração escolar começa na educação infantil, ou seja, a base do conhecimento, da comunicação, e do desenvolvimento geral de uma criança começa na Educação Infantil, na qual fica mais fácil de educar e acompanhar o desenvolvimento escolar da criança:

A inclusão escolar tem início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. Do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de intervenção precoce que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social. (PNEE/PEI, 2008, p. 16).

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases Nacional, nº 9.394/96, apontado no título V, capítulo II, seção II, art. 29, a educação infantil é a educação base do estudante, aquela na qual começa aos 5 anos de idade e passa ser o início de tudo, nesta etapa o aluno aprende a escrever, ler, e a criar gosto pelos estudos:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996).

O Ministério da educação elucidou por meio de suas diretrizes nacionais para educação especial na educação básica que anteriormente a educação especial era apenas para

estudantes com deficiência ocular, auditiva, de múltiplos órgãos e etc. Hoje abrange formas de dificuldades de aprendizado, deficiências mentais, déficits de atenção, distúrbios sentimentais, etc. que não proveem uma educação igual para todos.

Tradicionalmente, a educação especial tem sido concebida apenas ao atendimento de alunos que apresentam deficiências (mental, visual, auditiva, físico-motoras e múltiplas); condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, bem como de alunos que apresentam altas habilidades/superdotação. Hoje (...) a ação da educação especial amplia-se, passando a abranger (...) dificuldades de aprendizagem relacionadas à (...) dificuldades cognitivas, psicomotoras e de comportamento (...) como (...) a dislexia e disfunções correlatas; problemas de atenção, perceptivos, emocionais, de memória, cognitivos, psicolinguísticos, psicomotores, de comportamento; e ainda fatores ecológicos e socioeconômicos, como as privações de caráter sociocultural e nutricional (BRASIL, 2001).

Entre os estudantes que requerem de cuidados especiais, salientam as subseqüentes características: talento, comportamento geral. (BRASIL, 2001).

A educação inclusiva e a consideração das particularidades dos educandos permeiam todos os níveis de educação, desde a educação infantil até a educação superior, incluindo a educação de jovens e adultos, a educação profissional e conjuntos étnicos como quilombolas e indígenas.

Nessa perspectiva, observamos que a educação inclusiva se baseia em 4 pilares que promovem uma melhor evolução a saber: aprender a experimentar, aprender a fazer, aprender a coabitar e aprender a ser, portanto adquirir a educação inclusiva a todos esses pontos que a compreensão de crianças e jovens com motivações especiais passa pelos diferentes proventos e evoluções encontrados nas escolas.

Contudo, aprender a conhecer é onde se trabalha o conhecimento, a criança começa a entender o verdadeiro significado da atenção, do ensino e do que realmente agrega para um bom ensino. No pilar aprender a fazer, a criança leva seu conhecimento para a prática, ali ela vai saber se o que aprendeu através de teoria é o correto. Com isso o pilar aprender a conviver é a base da interação, onde se aprende a trabalhar com as demais pessoas.

3. PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO NO ÂMBITO ESCOLAR

A relação com o preconceito se explica pelo fato de que a educação inclusiva favorece minorias, vítimas de discriminação, que agora têm que ir à escola. Quanto à relação entre a posição contra a educação inclusiva e a ideologia da racionalidade técnica, pode-se presumir que ela acontece porque os defensores dessa ideologia tendem a dividir e incluir os homens, como fazem com as coisas, e porque defendem um sistema educacional homogêneo - algo que a educação inclusiva não oferece (AINSCOW, 1997; MANTOAN, 2003; MITTLER, 2003); a correlação com a escala F é esclarecida pelo desdém pelos mais frágeis e pela proteção da organização social hierárquica feita pelos sujeitos aderentes à ideologia fascista (ADORNO ET AL., 1950).

O preconceito é um pré-julgamento sobre uma pessoa, com a qual não tenha convivência, ou seja, uma relação em que julga antes de ter uma certeza. A discriminação é a ação baseada no preconceito, em que a pessoa recebe um tratamento injusto por fazer parte de um grupo oposto. McLaren, (1997).

Preconceito é o prejulgamento negativo de indivíduos e grupos com base em evidências não reconhecidas, não pesquisadas e inadequadas. Como essas atitudes negativas ocorrem com muita frequência, elas assumem um caráter de consenso ou cunho ideológico que é, muitas vezes, usado para justificar atos de discriminação. (MCLAREN, 1997).

A consequência dessa ação é o resultado negativo que isso proporcionará, seja por falta de conhecimento dos alunos ou pela falta de atenção dos professores ou pela falta em orientar os estudantes, no que seja preconceito e discriminação assim como mostrar que estes também são julgados como crime e está previsto na Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989:

Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional., então muitas vezes podem achar que uma coisa séria seja brincadeira, pode até ser irrelevante para quem fez a brincadeira, mas para quem foi o alvo da diversão foi algo que incomodasse a ponto de assemelhar a preconceito ou discriminação. (BRASIL, 1989).

Assim, a criança se vê discriminada pela cor da pele pelo cabelo pela roupa que veste ou pelo jogo que encanta, por pessoa que ri ou faz piadas obscenas sobre ela. Por isso essas ações praticadas contra a criança é

algo que ela vai carregar pelo decorrer da sua adolescência, e isso atrapalha o seu desenvolvimento físico e psicológico:

A dificuldade existe entre a maioria da população brasileira quanto a identificação racial é fruto da construção histórica de negação, do desprezo e do medo do diferente, sobretudo quando se relaciona diretamente a herança ancestral africana, além do mito da democracia racial, o qual negava, ou mascarava a existência do racismo na sociedade (GOMES, *apud* SILVA, 2009).

A diferença no ambiente escolar em si é um lugar democrático, mas a escola é um lugar que pode educar o estudante a não executar ato ilícito. Nessa intenção, o colégio tem uma significativa função a desempenhar ao levar essa compreensão à criança fazendo-a viver. Todas essas contradições constatarem a intenção de estudos críticos que considerarem a desigualdade (FERREIRA, 2008).

Dessa forma, visando solucionar esse problema e, concomitantemente, reduzir o preconceito racial, foi aprovada a lei 11.645/08 para demonstrar maneiras de diretrizes e bases da educação nacional que visa classificar no currículo da rede de educação obrigatória em história e cultura afro-brasileira e indígena:

[...] estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

[...] O currículo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes a história do Brasil.

[...] Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (BRASIL, 2008).

Na maioria das escolas públicas e privadas, mesmo com a entrada em vigor dessa legislação, não são realizadas atividades voltadas para o cumprimento da legislação. Assim, algumas dúvidas devem ser colocadas para compreender as seguintes questões, que são a falta de instrução contínua dos professores, a dificuldade em reconhecer casos racistas e

conduzir com tais causas, e a intervenção pedagógica em acontecimentos que não são consideradas positivos na organização entre outros, mas melhor estudados necessitam deles.

Carvalho (2005) destaca o problema da discriminação racial por educadores e estudantes. Segundo o autor os educadores tendem a ensinar crianças com maior realização e falam com mais dureza as crianças que "classificam" como negras entregando para a exceção e a falha escolar de muitos. Outros autores, como Aguiar (2008) e Valente (2005), também salientam a discriminação no ambiente escolar e a percepção dos estudantes sobre as desigualdades raciais.

Por esse motivo, o preconceito deve ser trabalhado desde os primeiros anos da vida escolar, dessa forma, a criança irá crescer percebendo a importância do ensino em conjunto, ou seja, o ensino regular com a educação inclusiva formando a união entre os alunos e acabando com os preconceitos escolares.

4. A IMPORTÂNCIA DOS PAIS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O elemento principal para o avanço adequado no aprendizado do aluno é a parceria da família com a escola, esse trabalho em conjunto auxilia no crescimento físico e cognitivo do aluno, trazendo assim uma ótima qualidade de conhecimento. Essa parceria ajuda também no interesse dos alunos pelo estudo, pois eles começam a participar mais das atividades escolares e a serem mais interativos com os professores e colegas.

De acordo com Paula (2007, p.07) “É na família que aprendemos a nos relacionar com os outros. Portanto, a construção dessa sociedade inclusiva começa nas famílias. Os pais e as próprias pessoas com deficiência são seus principais agentes”

O trabalho em conjunto dos pais tem dois lados: o positivo e o negativo. Positivo é o que configura na parte em que o desenvolvimento do estudante se modifica, ou seja, se mantém em um nível considerado bom, o aluno tem boas maneiras de se comportar pelo fato de vir de casa sabendo respeitar os educadores. Porém o que é visto como preocupação é o lado negativo, pois os pais a passo que querem acompanhar fazem com que superproteção supera e isso reprime a criança, fazendo com que o professor não tenha uma certa liberdade de trabalhar com ela e isso não é adequado para o desenvolvimento do estudante

O artigo 22 da Constituição mostra que o objetivo da educação infantil é o desenvolvimento integral da criança, ou seja, é um complemento do trabalho em conjunto

da família com a sociedade, além disso é o começo da vida acadêmica da criança. Conforme o Art. 22: “A Educação Infantil tem por objetivo o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, afetivo, psicológico, intelectual, social, complementando a ação da família e da comunidade.” (BRASIL, 2010, p.27).

Esta relação se estende nos demais parágrafos do mesmo artigo, quando se lê, que é visível quando os vínculos da família e dos laços familiares se iniciam na Educação Infantil e sua intensificação deve ocorrer no processo de educação básica:

§ 3º Os vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e do respeito mútuo em que se assenta a vida social devem iniciar-se na Educação Infantil e sua intensificação deve ocorrer ao longo da Educação Básica. § 4º Os sistemas educativos devem envidar esforços promovendo ações a partir das quais as unidades de Educação Infantil sejam dotadas de condições para acolher as crianças, em estreita relação com a família, com agentes sociais e com a sociedade, prevendo programas e projetos em parceria, formalmente estabelecidos. (BRASIL, 2010, p.27)

Com base nisso, o âmbito familiar é o principal responsável pelo desenvolvimento adequado do estudante, ou seja, é desse modo que a criança aprende como agir na vida. É uma das instituições responsáveis pelo procedimento de civilização efetuado por meio de atividades realizadas por quem tem o papel de transmissores – os pais – e avançadas com os coletores – as crianças. (SZYMANSKI, 2010, p. 20) ”.

Destarte, o trabalho dos pais na escola tem muita importância, mas é preciso intercalar, ou seja, ser moderado, não pode ser excessivo porque acaba atrapalhando o trabalho do professor, pois cuidado demais se torna uma barreira que dificulta a relação de professor e aluno.

Conforme nos diz Picanço (2012), os pais devem envolver-se na educação dos filhos e também no ambiente escolar. Antes, a educação dos filhos era apenas responsabilidade da escola, hoje em dia as coisas mudaram e eles pois a instituição requer o apoio da família.

A ausência dos responsáveis na escola era normal, porque a cobrança não existia, os professores aceitavam educar sozinhos, colocavam os alunos no hábito deles, era o antigo pensamento de que “tudo se aprende na escola”, e isso acabou, pois o desenvolvimento das crianças foi regredindo e prejudicando seu crescimento escolar. Nesse sentido, começaram a cobrar o apoio do adulto responsável nas escolas:

O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança é capaz de bem sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva. (DELARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 04)

Um dos papéis importantes para que o desenvolvimento da criança seja significativo é o apoio do professor, pois ele estará presente acompanhando o crescimento, as dificuldades, o desenvolvimento e a progressão de cada estudante e assim definem estratégias que favorecem o progresso integral da criança:

Educação Especial incorpora os mais do que comprovados princípios de uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar. Ela assume que as diferenças humanas são normais e que, em consonância com a aprendizagem, deve ser adaptada às necessidades da criança, ao invés de se adaptar a criança às assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem. Uma pedagogia centrada na criança é benéfica a todos os estudantes e, conseqüentemente, à sociedade como um todo. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 03).

Muitas vezes é a família que coloca dificuldade no desenvolvimento da criança, ou seja, em casa não tem um alerta ou uma explicação de como deveria ocorrer a relação do professor com o aluno. Segundo Dessen (2007), uma das atividades mais significativas, embora de difícil execução, é aprontar estudantes, educadores e pais para compreender e superar os obstáculos e desigualdades no mundo das alterações temporárias e das oposições interpessoais, entregando para os processos de evolução pessoal.

Contudo é de suma importância que a escola apresente uma parceria com a família, analisando a dificuldade que o estudante apresenta em sala de aula, pois muitas vezes os pais não acompanham e não sabem as dificuldades na aprendizagem dos filhos.

5. LEGISLAÇÕES QUE APOIAM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Várias legislações apoiam a educação inclusiva, pois atualmente é necessário ter esse apoio legal, visando ser um assunto polêmico e usado bastante no dia a dia, espera-se que as

crianças com deficiência tenham direito à educação como os demais estudantes. (JOMTIEN, 1990)

A Declaração de Salamanca é um documento avaliado inovador por proporcionar uma chance única de incluir a educação especial no marco da “educação para todos” subscrita em Jomtien em 1990. Esta Declaração forma o tema das necessidades educacionais especiais e destina-se a incluir todos os alunos impossibilitados de comunicar com a escola tendo em conta o direito à educação que todos os alunos devem ter.

A constituição federal protege no artigo 205 que a educação que é direito de todos e dever do Estado, é causada e incentivada pela cooperação da sociedade que visa a plena evolução do indivíduo preparação para a prática da população e dever do estado competência para o serviço. (BRASIL, 1988).

E em seu artigo 208 completa que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (BRASIL, 1988). Ou seja, as crianças especiais também têm direito ao ensino de qualidade, direito de aprender, de socializar como as outras crianças.

O Estatuto da Criança e do Adolescente complementa a Constituição Federal afirmando sobre o direito da criança, esse trabalho traz proteção aos adolescentes e crianças com necessidades especiais e oferece prioridade no seu atendimento assim como nas ações que a família e os alunos venham a enfrentar:

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (BRASIL, 1990).

Art. 208. Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não-oferecimento ou oferta irregular:

II- De atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência; (BRASIL, 1990).

Assim, até 2011, as diretrizes para a educação especial e inclusiva eram definidas pela secretaria de Educação Especial (SEESP) do Ministério da educação (MEC). A pasta agora é afiliada à secretaria de Educação continuada, Alfabetismo, diferença e Inclusão. (IBIDEM). (DECRETO Nº 7.480).

Portanto, em 2020, instituiu-se uma nova política em defesa das pessoas com deficiência, chamada Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com desenvolvimento ao decorrer da vida. No entanto, observa-se que essas legislações citadas são as que ficam na linha de frente, defendendo o direito da criança a ter um ensino de qualidade, ter direito à educação, a atendimento especializado, entre outros benefícios.

6. METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, será utilizada como abordagem a pesquisa bibliográfica. É uma capacidade vital em programas de pós-graduação, pois é o primeiro movimento em todos os exercícios acadêmicos. Desta forma iremos fazer um panorama sobre o que já foi escrito acerca do assunto escolhido. Desse modo é uma metodologia importante no campo da educação pois a partir do conhecimento já estudado, o pesquisador procura observá-lo para reagir ao problema do sujeito de seu trabalho ou para provar suas presunções, e assim beneficiar novos saberes sobre o objeto do seu estudo.

Nesse sentido a pesquisa a maioria das bibliografias são introduzidas em ambientes acadêmicos e visam agilizar e aprimorar a cognição por meio do estudo científico de trabalhos editados. O tema foi pesquisado através de plataforma digital e algumas delas utilizadas foram: Google academic e Oasis.

No entanto, o método adequado a ser utilizado em abordagem é o dedutivo, que permitirá a visualização dos marcos importantes do trabalho em conjunto dos pais e a escola tendo em vista que esta parte de teorias e leis mais gerais (Constituição Federal 1988), (Estatuto da Criança e Adolescente (1990), Lei de Diretrizes e Bases da Educação – (LDB) 1996) para a ocorrência de fenômenos particulares.

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No artigo, podemos analisar que ao mostrar o papel dos responsáveis legais na Educação Inclusiva vemos a importância da parceria das famílias e a escola e como as legislações de adequam a este assunto e o tamanho da dificuldade que os professores têm ao trabalhar com os alunos com necessidades educativas especiais. Como também podemos

comentar sobre o desenvolvimento dos alunos após esse acompanhamento dos pais, o qual facilita tanto o crescimento intelectual quanto o físico.

Após analisar os conceitos e as legislações, é importante observar os seguintes questionamentos: As escolas estão preparadas para receber os diversos públicos de estudantes? Os profissionais da educação estão suficientemente qualificados para essa prática? Mediante essas perguntas é que a escola e os familiares terão em mente o que realmente significa inclusão. Nesse sentido, incluir vai além de inserir o estudante em uma atividade e reconhecer todos seus direitos, tornando-os capazes de lutar para que realmente a inclusão venha acontecer.

É analisado que, por meio da Constituição Federal de 1988, todos tenham direito à educação, portanto a escola deve respeitar esses dispositivos constitucionais, não excluindo nenhum indivíduo, independentemente de suas habilidades e diversidades, mas para isso ocorrer as escolas precisam ser estruturadas para levar atendimento especializado a essas crianças.

Ao certame é compreensível que a falta de parceria entre família e escola seja um dos principais motivos pelos quais se desenvolvem crianças que possuem um quadro específico para perceber obstáculos na comunicação com os colegas e no desenvolvimento nas atividades escolares, dificultando o aprendizado estar em perigo. Como nos diz Picanço (2012), os pais também devem estar envolvidos na construção dos filhos. Foi-se o tempo em que os pais deixavam os filhos na escola dizendo que o instituto agora era responsável por sua formação.

Com base nessa fala, pode-se perceber o quanto é essencial a presença dos pais destacando a formação contínua do professor como fator significativo para que ele se sinta seguro em sua aula no manejo dessas situações costumeiras. O autor de Picanço (2012) também nos diz que o papel do professor é diverso, intrincado e inspirador. [...] deve antes educar, formar e notificar, mas incluir nos seus estudantes métodos, ferramentas de estudo e alguns valores essenciais, como a compreensão e o respeito pelos outros, a ajuda ou a obrigação.

O educador também tem um papel de grande importância no desenvolvimento do aluno pois ele perceberá diariamente qual é o seu potencial e o que deve fazer para ajudar nas suas dificuldades, definindo estratégias que favoreçam o desenvolvimento integral da criança.

A organização ainda se acha em estado de inércia quanto à inclusão desse estudante nas atividades de aula, na maioria das vezes a própria família dificulta o desenvolvimento desse indivíduo, partindo desse pensamento de que é necessário que a escola organize acontecimentos, conferências que abordem com este tema como algo ordinário e banal na sociedade sem distinção com o aluno que tem deficiência. Segundo Dessen (2007), uma das tarefas mais significativas – embora difíceis – é aprontar estudantes, professores e pais para viver em um mundo de rápidas mudanças e conflitos interpessoais e para superar dificuldades, entregando para o procedimento de exploração da criança.

Nessa circunstância, é fundamental que a escola apresente uma colaboração com a família observando a dificuldade que o aluno apresenta nas aulas pois muitas vezes os pais não aceitam que a criança tenha dificuldades de aprendizagem ou mesmo, que seja deficiente, é então quando a escola deve orientar a família qual profissional procurar ou a melhor forma de ter parte da vida escolar da criança.

O envolvimento da família na vida escolar da criança proporciona a pertença um conjunto social e um sentido de obrigação pela integridade dos processos educacionais e das estruturas públicas.

Quando as famílias têm oportunidades concretas de participar ativamente e regularmente na vida escolar, desenvolvem gradualmente a consciência de que o colégio é um bem público que também é seu.

Consequentemente, eles tendem a desenvolver um apego à escola assumindo mais obrigação pelo procedimento de aprendizado de seu filho e, portanto, zelar da escola. E assim, a chance de intervir em projetos educativos torna os familiares membros do conjunto escolar.

Cada escola é responsável por evoluir programas que atendam e direcionem as motivações das famílias de seus estudantes, promovendo essa aproximação e motivando a participação. Esses programas devem responder às intenções mais comuns das famílias dos alunos como: educação para a renda educação para o autogoverno educação para a compreensão da lei e assim por diante.

O procedimento e apoio da família na vida de uma criança é muito importante para a sua plena evolução. Seu propósito é proporcionar um local onde disponham crescer com total segurança e aprender a se comunicar com a comunidade. Sem dúvida, este trabalho é cada vez mais desafiador para as famílias com deficiência. Quando isso ocorre, cada membro

da família é denominado a redefinir funções, demandando mudanças de atitudes e novas maneiras de viver.

Buscaglia vê esse período inicial da vida como um dos mais importantes para o futuro das crianças com deficiência, pois "é quando elas receberão ajuda para formar atitudes básicas sobre sua visão de futuro: otimismo / pessimismo, amor / ódio, crescimento". /apatia, segurança / frustração, alegria / desespero – e aprendizagem em geral ” (1993, p. 36).

A principal proeminência da influência da família é que o lar e a vida familiar proveem, através do seu ambiente físico e social, as condições necessárias para o desenvolvimento da criança.

Os pais de crianças com deficiência atuam como espelhos que refletem certas ilustrações de volta para a criança. O amor é como um espelho. Quando manifesto amor a alguém essa pessoa se torna meu espelho e eu me torno essa pessoa; e refletindo sobre os sentimentos de apego um do outro, progredimos um forte vínculo de amor, como escreve muito bem Rubem Alves: "E é isso que eu quero que seja restituído (...)é a linguagem do amor para permitir às crianças redescobrirem a alegria da vida que há muito perdemos ” (1995, p.155).

Nessa comunicação emocional, progredimos emoções vantajosas ou negativas e construímos uma imagem de nós mesmos. Se a família do deficiente não busca o estimulante certo desde cedo, se não acredita que pode evoluir muitas capacidades e se rotula como incapaz, desenvolve uma imagem "pequena" de seu próprio valor e pode ter uma baixa autoestima.

Quando a criança tem sucesso no que faz, ela começa a entregar em suas capacidades. A família do indivíduo com deficiência pode ajudá-lo a criar boas impressões; é significativo elogiá-lo e encorajá-lo quando ele tentar fazer algo, fazendo-o compreender que ele tem o direito de parecer importante, que ele "pode estudar", que "pode" e que é "respeitado".

Mas para que a família execute bem a sua função, é significativo que seja seguida, seja pelo médico, seja pelos psicólogos, seja pelos centros para deficientes, de forma a constituir metas realistas e adequadas às capacidades dos seus filhos, dando-lhes a oportunidade de se progredir sem ser superprotegida, pressionada ou comparada com outras crianças.

As exigências acadêmicas excessivas sobre as crianças com deficiência também criam obstáculos ao seu desenvolvimento. Há pais que criam fantasias e têm crises de

ansiedade antecipando o desenvolvimento do filho o que pode causar questões e obstáculos em lidar com a frustração.

Permitir a edificação de colégios abertos à diversidade é, entre outras coisas, buscar a miríade de noções preconcebidas e preconcebidas que consideram reivindicações que fundamentam e justificam o exercício profissional.

O trabalho com estudantes com incapacidade visa principalmente a restauração de sua autoestima e identidade, começando pelo aumento de suas habilidades e respeitando suas restrições.

Assim, confirma-se que a casa é o alicerce mais importante para todos. Uma criança precisa muito de sua família. e as crianças com deficiência precisam mais depende muito dele. Lá, a criança desenvolve seu procedimento de crescimento para adquirir as aptidões motoras de que necessita. Além disso, para crescer e se tornar adultos, necessitamos desenvolver representações mentais associadas a essas habilidades.

A principal tarefa dos pais é ensinar aos filhos os conceitos de proteção à vida ensinar-lhes as habilidades psicofísicas que se desenvolvem na criança durante sua exploração evolutivo até a idade adulta.

A vida em comunidade é complexa e se caracteriza pela convivência de diferentes pessoas; a inclusão propõe a associação de todos para produzir um entendimento usual de que a unidade e a maioria relativa tranquilizam a existência humana em sua situação de desigualdade e revogam a exclusão.

Todas as crianças com deficiência têm o direito de serem aceitas por quem são, primeiro na família depois no colégio e na associação respeitado como qualquer outro cidadão, com direitos e deveres, mesmo que seja diferente.

A relação da escola com a família do aluno ainda existe em muitas lendas. Usualmente há uma divergência de ideias, embora ambas tenham um objetivo central: o desenvolvimento das crianças. Esse desequilíbrio pode ser causado por uma falta ou falha de comunicação entre as partes relacionadas, uma vez que os papéis de cada um não são diferenciados durante o procedimento educativo, o que pode gerar conflitos.

A escola pós-família é a primeira e principal área do procedimento de socialização da criança. A inclusão de crianças e jovens com deficiência nas escolas regulares, com o apoio de serviços especializados de educação quando necessário, faz parte da política educacional vigente no Brasil. No entanto, qualquer trabalho realizado na escola terá mais

sucesso se for seguido diretamente por um familiar com deficiência. Esse trabalho de acompanhamento proporciona principalmente segurança para a criança e autoriza que ela desenvolva suas aptidões com mais tranquilidade.

Alguns pais ainda não estão conscientes da importância do seu apoio nas escolas dos seus filhos, bem como escolas que não incentivam esta colaboração entre os membros da família nesta circunstância. Parolin (2003) lembra que os objetivos da escola e da família são os mesmos. Isso é preparar as crianças para o mundo. Este autor enfatiza a importância de envolver as famílias no processo educacional.

Para crianças com motivações instituição educacional especial essa cooperação é essencial. As escolas devem fortalecer esse vínculo tanto quanto possível, garantindo maior convivência dos pais dentro do colégio a fim de promover a exploração.

Nesse propósito, essa comunicação supõe alguns trabalhos que valem realçar: apresentar conhecido, transmitir confiança e coragem à criança pais colaborar no processo de educação e aprendizado. O conhecimento dos pais sobre a evolução da criança e a aprendizagem de informações sobre o ambiente doméstico e o cotidiano da criança.

A chance de se associar com indivíduos não deficientes torna possível uma vida normal para a pessoa com deficiência, que pode se entender como um indivíduo adequada e se evoluir em todos as aparências.

Cury ressalta a importância do trabalho que a escola deve fazer com as famílias quando afirma: "Pais e professores são parceiros no fantástico empreendimento da educação (2003, p. 54).

O autor também destaca a questão dos pais e professores que nunca desistem de seus filhos, assim como a escola deve se aproximar das famílias de seus estudantes todos os dias e estabelecer cooperação com eles.

Trabalhar com a família e estimular o seu envolvimento é fator determinante no procedimento de aceitação das pessoas com motivações especiais, é essencial para o desenvolvimento da individualidade do indivíduo como parte ativa da sociedade. No entanto, para eficiência este processo requer um esforço e participação consideráveis de todos os setores da sociedade promover verdadeira transformação cultural que envolva diversidade e potencial humano.

Contudo, as soluções para essas questões estão em conjunto com a escola e o grupo familiar, pois com essa nova era de que o trabalho na educação dos alunos tem que ser em conjunto, a escola acaba tirando a culpa dela mesma, quando o desenvolvimento do aluno regride e assim fica apenas a família como a culpada, tem que haver uma mudança, pois várias vezes os institutos tem o papel de culpado sem ao menos saber do verdadeiro caso.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho pretendeu dialogar sobre o papel dos responsáveis legais na educação inclusiva, defendendo o acompanhamento dos pais na escola de educação inclusiva, observando a necessidade que as crianças têm de ter um grupo familiar apoiador, que se concretiza no papel do adulto responsável, a partir da pesquisa qualitativa, básica e bibliográfica.

Para atingir uma compreensão do artigo foi preciso discutir e entender o papel dos adultos responsáveis na Educação Inclusiva definiu-se em quatro objetivos específicos: descrever o que é Educação Inclusiva, diferenciar as formas de preconceito e discriminação presentes no âmbito escolar, avaliar a importância dos pais na educação inclusiva e especificar as legislações que defendem esse apoio à educação inclusiva. Sendo assim, foi possível responder a problemática de qual é a importância da presença dos pais na educação inclusiva.

Em pesquisas futuras o que pode vir a melhorar é o comportamento dos familiares em relação ao acompanhamento do ensino dos alunos, com isso a escola será de grande valia modificar a estrutura e fazê-la ficar adequada para receber os alunos com necessidades especiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ADORNO, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D. J. & Sanford, R. N. (1950). *THE AUTHORITARIAN PERSONALITY*. New York: Harper and Row.

AGUIAR, D. M. S. **Olhares de crianças sobre pobreza e raça nas relações escolares**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

AINSCOW, M. (1997). Educação para todos: torná-la uma realidade. In M. Ainscow, G. Porter & M. Wang. *CAMINHOS PARA AS ESCOLAS INCLUSIVAS*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

ARAUJO de G. E. **A participação dos pais no processo de aprendizagem do aluno com deficiência mental juntamente com a educação especial no ensino regular**.

BUSCAGLIA, L. **Os deficientes e seus pais**. Trad. Raquel Mendes. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

BRASIL. **Decreto n. 7.480**, de 16 de maio de 2011.

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições técnicas, 2008. 464p.

BRASIL, Congresso Nacional. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Brasília, 2008.

BRASIL. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHA DE AÇÃO SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS**. Brasília: UNESCO, 1994.

CAMARGO, I. X. **INTERAÇÃO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA**. 2011. disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/interacao-entre-escola-familia-no-processo-ensino-aprendizagem.htm>. Acesso em: 29 de agosto de 2021.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: **Lei nº 8.069, de 13-7-1990**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL, M. P. F. **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: PFDC, 2015.

CARVALHO, M. **quem é negro, quem é branco:** desempenho escolar e classificação racial de alunos. Ver. Bras. Educ. [online]. 2005, n.28, pp. 77-95. ISSN 1413-2478.

CURY, Augusto. **Pais brilhantes, professores fascinantes.** 21.ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DESSEN, M. A.; POLONIA, da Costa Ana. **a família e a escola como contextos de desenvolvimento humano.** Paidéia, v.17, n. 36, p. 21-32, 2007.

FERREIRA, A. de J. (Org.). **peab – projeto de estudos afro-brasileiros:** contexto, pesquisas e relatos de experiências. Unioeste, Cascavel, 2008. ISBN: 978-85-7644-120.

FERREIRA, F. **educação inclusiva: quais os pilares e o que a escola precisa fazer?** atualizado em: dezembro 4, 2020. disponível em: <http://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-a-escola-precisa-fazer/>. acesso em: 29 de agosto de 2021.

MANTOAN, M. T. É. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**São Paulo:Moderna, 2003. 95p.

MCLAREN, P. **A vida nas escolas: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação.** 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

PAULA, A. R. de. COSTA, C. M. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

RODRIGUES, E. B. T. **Educação e limites: os (des) caminhos da família e da escola.** GO: FE/UFG. 2003.

SÃO PAULO: Saraiva, 1996. BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional,** ldb. 9394/1996.

SZYMANSKI, H. **A relação família e escola: desafios e perspectivas.** brasília: liber, 2010.

PESSOTI, I. **Deficiência mental: da superstição à ciência.**São Paulo: EDUSP. 1984.

PICANÇO, A. L. B. **A relação entre escola e família: as suas implicações no processo de ensino aprendizagem.** 2012. Tese de Doutorado.

VALENTE, A. L. **Ação afirmativa, relações raciais e educação básica.** Ver. Bras. Educ. [online]. 2005, n.28, pp. 62-76. ISSN 1413-2478.

VILARINHO S. **Preconceito – um fato que deve ser trabalhado desde os primeiros anos.** disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/preconceitoum-fato-que-deve-ser-trabalhado-desde-os-.htm>. Acesso em: 29 de agosto de 2021.



VITALIANO, C. R. (Org). DALL'ACQUA. M. J. C. **Formação de professores para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.** londrina: eduel, 2010.